

A CAÇA E A PESCA NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, DÉCADAS DE 1820-1870

Marcos Lobato Martins¹

Resumo: este artigo investiga a caça e a pesca na Província de Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Enfatizam-se a dimensão social da prática da caça e da pesca, as técnicas empregadas, os locais preferidos pelos caçadores e pescadores, bem como o perfil dos indivíduos que exerciam as ocupações de caçador e pescador. As fontes utilizadas são relatos de viajantes, imagens oitocentistas, inventários de habitantes de Alfenas e listas de população dos anos 1830.

Palavras-chave: Caçadores e pescadores; modos de caçar e pescar; Minas Gerais oitocentista.

Abstract: this paper investigates the hunt and fishing in the Province of Minas Gerais in the first half of the nineteenth century. It emphasize the social dimension of the hunt and fishing practice, the technics employed, the preferred locations by hunters and fishermen, as well as the profile of the individuals that practiced hunt and fishing. The founts utilized are voyagers' reports, images of the nineteenth century, inventories of Alfenas inhabitants and population lists of the years 1830.

Keywords: Hunters and fishermen; methods of hunt and fishing; Minas Gerais in nineteenth century.

Introdução

Em um documento que integra o *Códice Costa Matoso*, pode-se ler a afirmação de Bento Fernandes Furtado, datada de 1750, de que o ouro era “extraído entre os intervalos do divertimento da caça e outros empregos necessários aos sertanejos para o alimento e conservação da vida”. A atividade era tão intensa que Bento Furtado notou que “os campos e montanhas já [estavam] estéreis de caças e víveres silvestres, que o muito povo que por todas as partes penetrava tinha destruído e consumido”.² Bento Furtado chama atenção para a caça (e a pesca) no cotidiano setecentista dos mineiros. Curiosamente, este assunto ainda é pouco estudado no Brasil e, particularmente, em Minas Gerais.

¹ Doutor em História Econômica pela USP. Professor da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus JK, Diamantina, MG.

² *Códice Costa Matoso*. Documento 2. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. (FIGUEIREDO; CAMPOS, 1999, p. 171 e 174)

O objetivo deste artigo é investigar a prática da caça e da pesca pelos habitantes de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, os locais preferidos e as técnicas empregadas pelos caçadores e pescadores, o perfil daqueles que exerciam, profissionalmente, essas atividades e as percepções de pessoas letradas a respeito do papel desempenhado pela caça e pela pesca na sociedade regional do período. As fontes utilizadas são relatos de viajantes, a iconografia oitocentista e as listas nominativas dos anos 1830.

A caça e a pesca nos relatos de viajantes e naturalistas

Em 1822, na região da Serra de Ibitipoca, nas proximidades do Rio do Sal, Auguste de Saint-Hilaire chegou a um casebre camponês, construído em taipa e coberto de sapé, situado ao lado de um grande bosque e às margens de um riacho que movia um pequeno monjolo. Ali residia uma família pobre de mulatos com muitas crianças, que plantava e mantinha criações de pouco gado e galinhas, além de fabricar farinhas e queijos. Nesse sítio, o naturalista francês convenceu o proprietário a lhe servir de guia para sua visita às partes mais altas da montanha, o Pico do Pião. Da mulher da casa, Saint-Hilaire ouviu que “o marido e o filho mais velho saíam para caçar e assim traziam ora um porco-do-mato, cuja carne, assada, comiam todos, ora um gato selvagem”. A confirmar a história, Saint-Hilaire observou dentro da casa muitas peles já curtidas de vários desses animais. Do proprietário do sítio, antigo morador da Vila do Rio Preto, o francês ouviu que, “achando [o] lugar vantajoso para estabelecer-se, ali passara um ano, só para construir a choupana e formar plantação. Neste lapso de tempo, matara dez onças e assim tornara os pastos mais seguros. Afinal, para lá transportara mulher e filhos”. (SAINT-HILAIRE, 2011, p. 39)

Nesse trecho do relato de Saint-Hilaire há pelo menos dois pontos a serem destacados. O primeiro é o fato de que o próprio processo de ocupação das terras devolutas nas fronteiras agrícolas, cobertas por matas virgens, exigiu dos colonos a prática da caça de certos animais, especialmente onças e gatos selvagens. Tratava-se de condição *sine qua non* para a implantação da criação de animais domésticos, feita em quintais desprotegidos de cercas e em pastos abertos na mata. Eliminar os grandes felinos e os répteis peçonhentos era tarefa contínua dos fazendeiros e

camponeses na província.³ O segundo ponto é o de que a caça também representou uma forma importante de acesso das famílias à proteína animal, constituindo parte do suprimento alimentar nas residências, especialmente aquelas que ficavam nas franjas das matas. Porcos-do-mato, capivaras, veados, tatus e outros animais frequentemente entraram no almoço dos mineiros.

Nas proximidades de Aiuruoca, no dia 4 de março de 1822, Saint-Hilaire hospedou-se na Fazenda dos Pilões. Aí, mais uma vez, escreveu a respeito dos danos causados aos criadores pelos animais selvagens. Suas palavras foram as seguintes:

Existe aqui um rebanho de carneiros como na maioria das fazendas desta comarca. Mas meu hospedeiro queixa-se muito dos danos que causam aos ovinos os cães domésticos e alguns animais selvagens, tais como os chamados cachorros-do-mato. Seria bem útil para estes lavradores que se habituassem a fazer pastorear os rebanhos adquirindo bons cães de guarda. (SAINT-HILAIRE, 2011, p. 56)

O tema dos animais úteis e inúteis ao desenvolvimento da riqueza nacional está evidentemente presente nas considerações do naturalista francês, como indica a contraposição entre cão-pastor e cachorro-do-mato. Essa é uma característica da história natural dos séculos XVIII e XIX, na qual se verifica que:

o advento da exploração do interior, o mapeamento sistemático da superfície do mundo está correlacionado à crescente busca de recursos comercialmente exploráveis, mercados e terras para colonizar, tanto quanto o mapeamento marítimo está ligado à procura de rotas de comércio. (PRATT, 1999, p. 65)

Nessa época, a Geologia, a Zoologia, a Botânica e a Mineralogia estavam voltadas para o conhecimento do mundo natural, mas também para a utilidade (econômica, comercial, médica), pretendendo desenvolver produtos de muito rendimento e serventia para a Europa. Utilidade, poder territorial e progresso davam o tom dos estudos e expedições de História Natural, tal como nas preocupações de Domenico Vandelli com a elaboração da *História natural das colônias*, um amplo levantamento dos produtos naturais dos reinos vegetal, animal e mineral dos

³ Em 1819, ao percorrer a região de Araxá, Saint-Hilaire anotou que “os colonos se queixam de várias causas que dificultam o aumento de seus rebanhos, tais como mordidas de cobras”. (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 130)

domínios portugueses, que seria, simultaneamente, meio de afirmar o conhecimento científico e de fazer a valorização da agricultura no Império. Como salientou José Augusto Pádua, o mestre de Coimbra “difundiu um ideário intelectual que combinava as novas concepções de ciência natural divulgadas por Lineu e Buffon com a doutrina econômica fisiocrata, defensora do progresso a partir da produção primária”. (PÁDUA 2002, p. 14-15) Nesse ponto, os letrados portugueses e franceses estavam de acordo na virada do século XVIII para o XIX.

A preocupação com o extermínio dos animais malfazejos também é explícita nos relatos de viagem do Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos. Ao viajar do Rio de Janeiro para Goiás, no ano de 1823, na altura da Serra do Salitre e nas proximidades do Arraial do Patrocínio, o ilustrado militar português encontrou, no caminho, exemplares de cobras venenosas. A propósito, escreveu Cunha Matos: “Vi uma cobra coral no meio da estrada. É para admirar que desde o Rio de Janeiro até agora hajam aparecido tão poucos animais malfazejos. Isto prova que o país achase trilhado em toda parte”. Mais adiante, aparece uma anotação sobre a urutu, nos seguintes termos: “Vi uma cobra urutu morta: é serpente horrorosa, cor negra, cabeça chata, e sobre ela uma cruz branca; o meu tropeiro disse-me que dá saltos muito grandes, e é a única que ataca sem ser ofendida”. (CUNHA MATOS, 2004, p. 58)

O Brigadeiro Cunha Matos comemorou, sem meias palavras, a rarefação de animais selvagens e serpentes venenosas em decorrência do avanço do povoamento e da exploração econômica das terras brasileiras. Isto lhe parecia resultado natural, portanto, inevitável e mesmo desejável, da civilização dos sertões. As feras e as cobras peçonhentas, assim como as formigas-cortadeiras, cupins, bichos de pé e pulgas, seriam pragas da natureza cuja extinção é condição do progresso. Razão porque o Brigadeiro ataca, com regozijo, a crença generalizada de que os sertões mineiros permaneceriam infestados de animais selvagens:

Na Europa, e mesmo no Brasil, muita gente pensa que os sertões acham-se coalhados de feras, e que as cobras, as onças, os lobos, os tigres, encontram-se a cada passo pelo meio das estradas. Eu ainda não vi outros animais ferozes e répteis senão os que se acham indicados neste Itinerário, e todas as pessoas com que falo, dizem-me que as feras volumosas estão quase extintas por estes lugares, e que a aparição de uma onça, ou de um lobo é cousa rara. Estes animais fugiram para as serras e matas que ainda não estão

povoadas, e logo que se dá fé de algum, não se descansa sem matá-lo. Os veados, os porcos-do-mato, as antas, capivaras, guaribas, e outros animais menores aparecem muitas vezes nos roçados (plantações); mas os roçados raras vezes têm algum homem que os guarde. (CUNHA MATOS, 2004, p. 68)

Na perspectiva do ilustrado funcionário do Império do Brasil, a caça tinha relação com o desenvolvimento do país, ao incrementar a segurança das gentes e o bom rendimento dos rebanhos e dos roçados. Afinal, “as feras bravias, que nas entranhas da terra procuravam guarida, armavam ciladas aos menos fortes habitantes dos bosques”. (CUNHA MATOS, 2004, p. 28) Daí que as pragas incluíssem animais inofensivos ao homem, como veados, porcos-do-mato, capivaras, antas e macacos. O sertanejo, que sempre andava com espingarda e faca, prestaria um serviço à nação ao abater os animais ferozes, peçonhentos ou que danificavam as plantações. A caça era, portanto, um meio de construção da riqueza do Império.

O temor despertado no povo pelos grandes felinos das matas brasileiras, especialmente as onças preta e pintada, fica patente nos dois casos curiosos noticiados pela imprensa de Diamantina, ocorridos ainda nos tempos de arraial do maior núcleo urbano oitocentista do Norte de Minas:

No dia 14 de janeiro de 1822, na ladeira do Lava-Pés, no arraial do Tijuco, os escravos de João Gomes de Oliveira mataram uma onça de duas varas de comprimento (2,2 m). O seu couro foi oferecido ao naturalista Doutor José Vieira Couto.

Dia 26 de junho de 1826. Em um local do Rio Preto chamado “Grilo” aconteceu um caso prodigioso que chegou a derribar a descrença de vários incrédulos: uma mulher foi ao mato buscar lenha com um filho de cinco anos. Quando quebrava paus daqui e acolá, se afastando da criança, pulou de uma lapa uma onça e levou a criança entre as mandíbulas. A mãe com os cabelos desgrehados clama: “Valha-me Senhora das Mercês, valha-me São Gonçalo”. Corre atrás e mais adiante topa o menino chorando, mas vivo e sem ferimento. [...] A notícia se espalhou no Arraial e todos ficaram pasmados.⁴

Todavia, o medo generalizado de onça convivia com a curiosidade e o fascínio que o bicho despertava no povo, a ponto do animal tornar-se fonte notória

⁴ Os episódios integram as *Efemérides de Diamantina e seu município*, de João Henrique da Costa, publicadas no jornal *O Momento*, em 7 de junho de 1923. Aqui se utilizou a versão organizada por PEREIRA, 2007, p. 51 e 138.

de espetáculo. Multidões acorriam para ver onças capturadas, como evidencia a notícia publicada em jornal da cidade de Campanha, no ano de 1878:

A onça cangussu. Está a chegar nesta cidade para ser exposta à curiosidade pública uma linda onça trazida dos Pantanaís de Cuiabá e que foi criada no Carmo do Rio Claro. O anunciante levando-a em direção ao Rio de Janeiro pretende, nos lugares por onde passa, satisfazer a natural curiosidade do público em ver tão lindo animal mediante a exportula abaixo: por pessoa adulta, 1\$000; por meninos ou escravos, \$500. Francisco Cotrim. (*O Colombo*, ed. 116, 27/04/1878, p. 3)

Como animal de circo, a onça tinha utilidade. Mas solta nas matas, a onça não passava de praga terrível. Dessa forma, compreende-se porque há somente uma pequena ponta de lamentação no relato do Brigadeiro Cunha Matos quando ele se refere às aves. O militar escreveu que, no caminho do Rio de Janeiro para Barbacena, não encontrou “jacus, nem jacutingas, macacos, nem araras; os pássaros são muito raros na estrada por serem perseguidos”. (CUNHA MATOS, 2004, p. 29) Tal sentimento certamente se explica pelo gosto estético associado à natureza, capaz de fazer o europeu admirar a rica variedade das formas e cores dos pássaros, bem como dos timbres surpreendentes dos cantos das aves tropicais. Talvez por isso o Brigadeiro tenha anotado, precisamente, os pássaros que avistou pelo caminho, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Animais avistados por Cunha Matos nos caminhos de Minas Gerais, ano 1823

Data	Local	Animais avistados
30 de abril	Rancho da Mantiqueira	Saguim caxinglé
1º de maio	Rancho do Confisco	Gaviões cracrás
4 de maio	Fazenda do Capote	Tordos amarelos
7 de maio	Rancho da Várzea	Codornizes, ferreiros, melros amarelos, maritacas, periquitos, papagaios e duas araras azuis
12 de maio	Ponte de Pedra (Tamanduá)	Três beija-flores com as asas cinzentas e coleiras pretas
13 de maio	Arraial de Formiga	Codornizes, duas perdizes
14 de maio	Rio São Miguel	Sucuriús enormes, jacarés, surubins
16 de maio	Arraial de Bambuí	Perdizes, imensas codornas, araras, papagaios
17 de maio	Ribeirão da Prata	Perdizes, codornas e seriemas
20 de maio	Córrego da Cachoeira do Cervo	Dois tamanduás pequenos, que foram mortos pelos cães do guia
22 de maio	Ponte do rio de Mateus Vieira	Cobra coral
23 de maio	Arraial do Patrocínio	Cobra urutu

Fonte: Elaboração do autor a partir de *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*, de Raimundo José de Cunha Matos. (CUNHA MATOS, 2004, p. 15-70)

Em 1840, o inglês George Gardner percorreu Minas Gerais, atravessando a província desde o Rio Carinhanha, ao norte, até o Rio Paraibuna, ao sul. Ele esteve em São Romão, Montes Claros das Formigas, Diamantina, Ouro Preto e muitas outras localidades, especialmente as que possuíam empreendimentos ingleses de mineração aurífera. Seu relato de viagem contém muitas preocupações com o abastecimento de sua tropa durante as longas e morosas jornadas. Preocupação que arrefeceu um pouco assim que ele penetrou no território mineiro, porque, a partir desse momento, afigurava-se mais fácil obter carne seca e carne de caça, dois itens essenciais para a provisão dos viajantes. Nas palavras de Gardner (1975, p. 184),

a carne seca de um boi durava em geral três semanas a um mês, tornando-se ao cabo deste tempo dura como pau e quase impossível de comer. Com tempo úmido e chuvoso era difícil conservá-la, porque nenhum cuidado a impedia de criar larvas, que era preciso tirar antes e depois assá-la. Raramente, porém, passávamos mais de uma quinzena sem provisões frescas de uma espécie ou outra, sob a forma de veados, macacos, tatús, grandes lagartos ou aves de várias qualidades.

A lista de carnes de caça feita por Gardner corrobora as observações de Spix e Martius, datadas de 1809-1810, a respeito da comida dos tropeiros em trânsito pelos caminhos de Minas Gerais. Os dois naturalistas alemães registraram o hábito de caçar dos tropeiros e ficaram chocados com a desenvoltura com que eles abatiam, cozinhavam e comiam a carne de monos, tal qual fazia boa parte da população mineira.⁵

No ano de 1867, o viajante inglês Richard Francis Burton percorreu o interior do Brasil. Desembarcou no Rio de Janeiro, viajou até Minas Gerais, onde visitou as instalações da empresa inglesa Saint John Del Rey Mining Co., que explorava lavras subterrâneas de ouro em Nova Lima. A partir dessa localidade, Burton empreendeu uma viagem de canoa até o Oceano Atlântico, percorrendo rios da bacia do São Francisco. No médio curso do Rio das Velhas, na região central de Minas Gerais, ele notou a abundância de pássaros e a variedade de espécies, alegrando-se com os

⁵ Ver SPIX; MARTIUS, 1975. v. 1.

movimentos incessantes e a sonoridade dos cantos das aves nas margens do rio. A seriema – “que caça as serpentes do nosso caminho” –, a ema, que não deixa ninguém se aproximar a menos de duzentos metros, e o periquito tiriba, de cauda cuneiforme, “que grita, ao passar como uma flecha”, foram admirados por Burton. (BURTON, 1977, p. 24) Ele viu também jacus, pombas e marrecos.

Dentre os animais silvestres, o viajante inglês destacou a presença de onças, veados-mateiros, porcos d’água, lobos guarás, coelhos castanhos do mato. Todos esses bichos eram, segundo Burton, caçados pelos moradores ribeirinhos com o emprego de armas de fogo, de tal modo que, na época de sua passagem pelo Rio das Velhas, a caça era pouca. Referindo-se às onças, Burton escreveu:

Vi coleções dessas peles [de vários tipos de onça] no Rio das Velhas. Aqui, contudo, como em toda parte, são caras e raramente compradas para uso local. Todas as classes as cobiçam para forros de selas, coldres de garruchas, sacos de viagem e mesmo bonés de caça. Naturalmente, são preferidos os couros pintados, e, em geral, as peles são muito maltratadas, como se tivessem sido trabalhadas por negros. São impiedosamente privadas da cabeça, pernas e, muitas vezes, da cauda. Em revanche, o couro é bem e cuidadosamente curtido. (BURTON, 1977, p. 31)

Tal citação de Burton possibilita abordar determinado aspecto da prática da caça pelos mineiros oitocentistas. Além da obtenção de comida e de dar cabo a animais malfazejos, a caça fornecia bens apreciados pela sua utilidade e por operarem como símbolos de *status* social. Esse era o caso das peles de onças. Mais modestamente, entre os sertanejos do Sul e do Oeste de Minas, as casas das fazendas empregavam os chifres dos veados para ornar as paredes das salas. Conforme Cunha Matos, referindo-se ironicamente à rusticidade dos sertanejos, “as pontas de veado são as escápulas de que pendem os quadros, e estes são selas, freios, espingardas e outras cousas semelhantes”; o couro do bicho servia para confeccionar os calçados dos sertanejos, onde eles metiam suas facas – “as botas são de couro de veado, e não estão tingidas de preto”.⁶ (CUNHA MATOS, 2004, p. 45 e 67)

⁶ Os usos das peles de mamíferos pelos mineiros coincidem com os assinalados pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira entre os moradores das capitânicas do Grão Pará e Rio Negro, em 1790: confecção de cordovões e solas de sapato, bornais, coldres, patronas, charéis, capas de armas etc. (FERREIRA, 1972, p. 47-48, 179 e 190)

Os inventários da década de 1870 do antigo Juízo de Órfãos de Alfenas, vila do Sul de Minas, fornecem indicações sobre a utilidade e o valor dos produtos do reino animal para os moradores da região, conforme exposto pelo quadro a seguir:

Quadro 2 – Produtos animais em inventários de Alfenas, anos 1870

Produto animal	Valor (réis)	Proprietário e ano do inventário
Um polvorinho de bico de tucano	2\$000	Francisco da Silva Figueiredo, 1873
Um couro de raposa	3\$000	José Jacinto Corrêa, 1874
Um couro de onça pintada c/defeito	8\$000	Dona Teresa Jesuína Ferreira Vieira, 1874
Um couro de onça parda	5\$000	
Um couro de onça pintada	25\$000	Capitão Francisco Ferreira de Assis, 1875
Três pares de couros de veados	21\$000	
Um lombinho com sudor de pelo de guariba	3\$200	Deolinda Ramos de Jesus, 1878

Fonte: Inventários do acervo da Vara de Sucessões e Família do Fórum de Alfenas, MG.

A caça também era praticada com o intuito de aprisionar animais, transformando-os em espécie de mascote da casa ou companhia de um adulto. Esse foi o destino de muitos papagaios, araras, macacos, cachorros e gatos do mato. Cunha Matos pôde observar isso na casa do Ajudante de Ordenanças João Ferreira, situada a cerca de duas léguas da vila de São José. Na residência do cirurgião e proprietário abastado, além de porcelana antiquíssima da Índia e peças de pano finíssimo, havia “amarrada [na varanda] uma maracaiá, desde pequena em que a tomaram do mato”. (CUNHA MATOS, 2004, p. 35) Uma jaguatirica de estimação! Da mesma forma, George Gardner, aproximadamente vinte anos depois, possuía pequeno macaco. No caminho entre os povoados de São Pedro e de Nossa Senhora da Abadia, no norte de Minas, o viajante inglês esqueceu por instantes as agruras da jornada vendo que sua

macaquinha divertia-se em apanhá-los ao passarem [os gafanhotos que batiam nos rostos dos integrantes da comitiva] e pareciam ser um seu alimento predileto: para que não lhe escapassem, porque às vezes tinha três nas mãos, cortava-lhes a cabeça com os dentes assim que os apanhava. (GARDNER, 1975, p. 179)

Em resumo, o habitante das Minas Gerais quando caçava o fazia por muitas razões: saciar a fome, limpar a terra de bichos perigosos, prover-se de peças de vestuário e utilitárias, obter elementos simbólicos e produtos medicinais.⁷

Ainda a respeito da caça nos apontamentos dos viajantes oitocentistas, vale realçar a força de uma ideia: a associação da caça com a vadiagem. A fartura de animais de caça no território das Minas Gerais era frequentemente citada como fator que estimulava a ociosidade de muitos homens, uma vez que se podia obter alimentação e mesmo algum dinheiro para a compra de roupas “correndo veados”, embrenhando-se nos matos com flechas ou espingardas. Essa opinião, abertamente preconceituosa em relação aos homens livres pobres, aparece limpidamente nas anotações do Brigadeiro Cunha Matos, quando ele comentou aspectos do sertão que fica entre o Rio São Francisco e o Rio Paranaíba. Os termos usados pelo militar foram os seguintes, opondo a atividade da caça ao trabalho na lavoura:

Os homens nesta parte do sertão apresentam um caráter mais grosseiro, menos civilização, mais preguiça, porém a mesma bondade natural dos moradores do resto da província. A pobreza por aqui é maior e a falta de indústria muito sensível. No Rio de Janeiro, informando-me do meu tropeiro Bernardo Antônio acerca das ocupações ordinárias e outras circunstâncias dos habitantes do sertão, respondeu-me na sua linguagem tosca que essa gente passava a maior parte do tempo a correr veados; que os paióis de alguns eram pequenas choupanas, e que outros tinham os paióis debaixo das camas. (CUNHA MATOS, 2004, p. 65)

Na mesma linha argumentou o botânico Saint-Hilaire, acrescentando que a vida nômade dos caçadores também lhes permitia escapar das responsabilidades cívicas, em especial ao serviço militar. Para ele, a caça combinava à perfeição com a indolência dos sertanejos, fornecendo-lhes o “prazer da ociosidade” e fácil meio de vida, de modo que persistia na região uma multidão de homens pobres e sem ocupação. O naturalista francês escreveu:

Companheira de todos os vícios, a indolência é uma das principais chagas dessa região [Comarca de São João del Rei]. [...] Existe ali uma multidão de homens pobres e sem ocupação! Os que são casados cultivam terras alheias e se resignam a trabalhar alguns dias para viver sem fazer nada o resto do ano. Os solteiros, que são em menor número, perambulam de casa em casa, vivendo à custa de

⁷ Para saber a respeito da farmacopeia zoológica dos mineiros, ver SOUZA (2008).

compadres e comadres, ou então saem para caçar, ausentando-se durante meses. (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 76)

Trata-se da antiga estigmatização dos homens livres pobres que, desde os tempos coloniais, foram vistos pelas elites proprietárias e autoridades como elementos perigosos, capazes de desestruturar a ordem social, sujeitos vadios, corja inútil, imprestável para o trabalho disciplinado.⁸ Estigmatização que, na segunda metade do século XIX, foi politicamente empregada para dar impulso ao imigrantismo, projeto destacado dos cafeicultores paulistas.

A associação entre a fartura da caça e a ociosidade dos sertanejos também constitui um eco duradouro de percepções quinhentistas e seiscentistas, tais como as dos cronistas Gandavo (1980) e Ambrósio Soares Brandão (1956), encasquetados com os efeitos da ação dissolvente da exuberante natureza brasileira sobre os colonos, particularmente no campo da moralidade. Eco que se misturou com os debates oitocentistas sobre o *progresso* e as maneiras de levar às vastas e rudes zonas sertanejas o projeto modernizante que incendiava as mentes letradas do Império. Como mostrou Luciana Murari, intelectuais brasileiros dos Oitocentos acreditaram na “ascendência das condições geográficas – clima, relevo, fertilidade do solo, vegetação, fenômenos atmosféricos – como agentes responsáveis pelo estabelecimento das condições de sobrevivência humana e como modeladores das mentalidades”. (MURARI, 2009, p. 44) Em particular, no terreno da economia, desde fins do século XVIII, predominava a ideia de que a inserção do Brasil nos processos mundiais capitalistas dependeria do fomento e da racionalização da agricultura e da indústria, do que resultou uma visão negativa do puro extrativismo.⁹

No entanto, a situação era diferente quando a caça era praticada por homens ricos. Se, no caso dos pobres, a caça era sinal de vadiagem, no caso dos proprietários ela representava um divertimento perfeitamente aceitável. Essa era a posição expressa por Saint-Hilaire. Quando ele esteve em Porto Paraíba, no Rio de

⁸ Ver MELLO E SOUZA (1986) e KOWARICK (1987).

⁹ Dentre outros, Manuel Ferreira da Câmara, Antônio Pires da Silva Ponte, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Vieira Couto e José da Silva Lisboa defenderam propostas de reformas administrativas, fiscais e econômicas em benefício dos habitantes do Brasil, inspiradas pelo ideário iluminista. Ver MAXWELL, 1999, p. 157-207.

Janeiro, em 1816, sentiu-se animado e reconfortado com uma caçada na Fazenda de Ubá. Vale ouvi-lo a respeito:

Um parente de João Rodrigues Pereira de Almeida resolveu caçar um dia e me convidou para acompanhá-lo. Começamos por atravessar o rio, e mal nos tínhamos embrenhado na mata os cães farejaram um veado e saíram em sua perseguição. O animal se atirou na água e nadou até a outra margem, e nós entramos numa canoa e tornamos a atravessar o rio. Lá eu sentei-me numa pedra e me pus a contemplar as terras que me cercavam. [...] Naquela época, tão agradável, eu podia me dedicar inteiramente à contemplação dos encantos da Natureza. (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 33)

Quando realizada por homens de posse, a caçada oferecia oportunidade de contato com a Natureza, de sossegar os nervos e colocar a mente em ordem. Pressuponha o cumprimento de tarefas bem claras e objetivas, estabelecidas de antemão, bem como a concentração dos caçadores ao longo de sua duração. Ensejava também momentos agradáveis de conversação e camaradagem.¹⁰ Era, pois, algo nobre para o espírito humano e hábito que fortalecia os laços de sociabilidade entre as famílias proprietárias vizinhas. Foi nestes termos que Saint-Hilaire se referiu a um grupo de caçadores que encontrou nas proximidades de Araxá, mesmo que a presença deles tivesse provocado certa dificuldade para a acomodação do naturalista:

Depois de deixar Jaboticabeira percorri três léguas nessas solidões e cheguei ao Retiro de Trás-os-Montes [...]. Lá encontrei algumas habitações esparsas, juntamente com um monjolo e um paiol [...]. Ao chegar perguntei a uma mulher negra onde poderia passar a noite. Respondeu-me que ali não havia acomodação de espécie alguma. [...] Resolvi, pois, dar-me por a conhecer e exigi que me instalassem no paiol [...]. Ao que parece, a dona da casa se achava ali de passagem, a fim de dar assistência a um grupo de homens que tinha saído para uma caçada. Pouco depois chegaram os caçadores, para os quais o paiol tinha sido reservado. Tratava-se de prósperos fazendeiros da vizinhança, todos de raça branca [...]. Suas maneiras

¹⁰ O ponto de vista de Saint-Hilaire remete às transformações em curso no *habitus social* que Norbert Elias associou ao *processo civilizador* que produziu a contenção da agressividade, a parlamentarização das classes altas, o surgimento dos esportes modernos, a mudança dos modos à mesa e das atitudes em relação a funções corporais e entre os sexos. (ELIAS, 1994) É claro que, no interior do Brasil da primeira metade do século XIX, a caçada praticada pelos ricos não pode ser comparada à caça da raposa dos nobres ingleses. Mas ela não deixava de ser um indicador das diferenças de *status* existentes no seio da sociedade escravista brasileira.

se assemelhavam bastante às dos nossos pequeno-burgueses da zona rural francesa. (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 127)

Agora, convém abordar a pesca. A piscosidade dos cursos d'água de Minas Gerais foi unanimemente observada pelos viajantes que percorreram a província no período. Dessa forma, as pescarias faziam parte do cotidiano de boa parte da população provincial, às vezes por precisão, às vezes por passatempo. Em 1817, viajando pelo Termo de Minas Novas, o botânico francês Saint-Hilaire percebeu que a pesca era muito importante para a alimentação dos habitantes das barrancas do Rio Jequitinhonha. Praticamente toda fazenda no Jequitinhonha possuía um pesqueiro. Ali, era comum o emprego do pari, uma armadilha feita de varetas trançadas, na forma de cesto, colocada nas pequenas quedas d'água. O uso constante desta armadilha provocaria, segundo o naturalista francês, perda notável de peixes no rio, uma vez que os espécimes eram capturados no momento em que subiam as correntezas para desovar, de maneira que “este gênero de armadilha [...] certamente seria proibido em um país em que fosse possível exercer alguma fiscalização”. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 297) No ano de 1819, ao atravessar de canoa o Rio Paranaíba, viajando de Araxá a Paracatu, Saint-Hilaire ouviu falar da grande abundância de peixes. Conforme suas palavras, “as espécies que nele se pescam são chamadas, na região, de dourado, piranha, curumatã, pacu, paracanjuba (talvez piraicanjuba), surubi, jaú, piampara, piau, mandi, traíra e tamburé”. (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 140)

Durante sua estada na Vila de São Romão, em 1840, o viajante inglês George Gardner afirmou que “a principal base do tráfico é peixe apanhado no rio [São Francisco], que, salgado e seco, se vende aos sertanejos, especialmente amigos deste alimento”. Segundo Gardner, o rio era “abundante em peixes, que [...] se trazem em canoas e se vende na vila por baixo preço”, de maneira que, “durante todo o tempo de nossa estada em São Romão vivemos praticamente de peixe; é com efeito, tão abundante que raro se oferece carne fresca de vaca no mercado”. (GARDNER, 1975, p. 188, 189 e 190) Com base no relato de Gardner, pode-se fazer um quadro das técnicas de pesca empregadas pelo povo de São Romão, apresentado a seguir:

Quadro 3 – Peixes mais comuns e modos de pescar no Rio São Francisco (1840)

Nome do pescado	Qualidade da carne	Modo de pescar
Surubim	Excelente	Rede ou alvejamento por seta presa a corda longa
Curumatã	Gosto do salmão comum	Rede
Dourado	Delicada e deliciosa	Anzol
Matrixã	Superior	-
Curvina	Mole e ruim	Anzol
Traíra	Muito apreciada	Anzol
Pirá	Fina	Rede
Mandi	Muito apreciada	Anzol
Cascudo	Pouco apreciada	Rede ou anzol

Fonte: GARDNER, 1975, p. 189.

O caso da localidade de São Romão ilustra bem o que certamente ocorreu em diversos pontos ribeirinhos do São Francisco, Jequitinhonha, Velhas, Paraopeba e Grande, nos quais a pesca propiciou certa sedentarização de uma parte da população, que ficou dependente desta atividade. Para São Romão vale, sem dúvida, a caracterização que Sérgio Buarque de Holanda atribuiu a parcelas de moradores do interior paulista: “Há populações que se fizeram escravas de seus rios e do mar”. (HOLANDA, 1995, p. 81)

No Rio das Velhas, em 1867, Richard Burton notou a presença de grandes cardumes, capazes de sustentar boas perspectivas para uma indústria muito valiosa. Todavia, a pesca era uma atividade marginal, realizada em padrões artesanais. Burton descreveu as armadilhas de pesca utilizadas pela população ribeirinha, como a *gamboa* ou curral e o *jequi* – um cesto cônico de taquara, seguro com cipós de uns setenta centímetros de comprimento e presos a estacas. Descreveu ainda a *linha douradeira*, um procedimento de pesca utilizado até hoje. Tratava-se de bambu furado com uma linha, anzol e minhoca servindo de isca, que era colocado dentro do rio à espera de peixe. (BURTON, 1977, p. 24 e seguintes) Com estas técnicas tradicionais, as populações locais complementavam suas dietas com o pescado do Rio das Velhas e das lagoas formadas nas partes planas do terreno vizinho ao rio. Os peixes predominantes eram traíra, mandim, curimatã e piabas.

As observações de Gardner e Burton sobre a pesca nos rios mineiros contrastam com as de Saint-Hilaire e Spix e Martius.¹¹ Os relatos dos viajantes ingleses realçaram a influência europeia nos modos de pescar dos ribeirinhos, enfatizando o uso de anzóis, linhas e redes. Saint-Hilaire e Spix e Martius, por sua vez, destacaram o emprego de técnicas indígenas pelos pescadores mineiros no início do século XIX. Quem estaria com a razão? O mais razoável parece ser aceitar a plena coexistência de práticas indígenas e europeias no interior da província, algo que teria se estendido até o início do século XX, a julgar pela observação do botânico Frederico Carlos Hoene sobre a maneira de pescar dos habitantes da região de Pouso Alegre, no Sul de Minas, datada de 1927: “Os moradores das margens do Rio Sapucaí são quase todos pescadores. Eles fazem comumente barragens para apanhar os peixes que descem o rio conduzidos pela correnteza e, então, caem sobre esteiras”. (HOENE, 1939, p. 46) Essa era, evidentemente, uma técnica indígena disseminada e bem preservada na bacia do Sapucaí.

A caça na iconografia oitocentista

A iconografia resultante das expedições científicas do século XIX produziu muitas cenas típicas da vida nos trópicos, nas quais ocupam papel destacado a natureza e os indígenas. Algumas dessas cenas versam justamente sobre a caça e a pesca praticadas pelos silvícolas.

Uma dessas imagens é a aquarela de Johann Moritz Rugendas (Imagem 1).¹² No primeiro plano, três índios nus, portando arcos e flechas, perseguem uma onça no meio de uma mata fechada. O animal tenta fugir cruzando um rio, porém, é mortalmente flechado. A representação do combate entre a fera e os silvícolas realça a adaptação dos últimos ao ambiente, induzindo no observador uma atitude de simpatia com os indígenas. Atributos de destreza física, astúcia, coragem e ação coordenada caracterizam os selvagens da imagem.

¹¹ Referindo-se aos indígenas de Minas Gerais em 1818, Spix e Martius escreveram: “O uso dos anzóis era desconhecido desses índios, antes da imigração portuguesa; eles apanhavam peixe matando-o a flechas, ou com compridos arpões”. (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 238)

¹² As imagens de Rugendas empregadas nesse artigo se encontram em RUGENDAS (1979).



Imagem 1: Rugendas. “Caça ao jaguar”.

Jean-Baptiste Debret, focando o índio flecheiro, também representou as habilidades de caça dos caboclos, isto é, dos “índios batizados” (Imagem 2).¹³ A aquarela tem no centro e em destaque um índio nu, deitado de costas, envergando o arco para flechar pássaros em voo. Ao fundo, outro caboclo está postado. No texto que explica a imagem, Debret escreveu sobre a admiração que o índio flecheiro causava nos visitantes, além de realçar o modo como ele conservava práticas antigas de sua cultura mesmo na situação de aldeamento. O botânico frisou ainda a utilidade que os índios flecheiros tinham para as expedições dos naturalistas.



Imagem 2: Debret. “Caboclos ou índios civilizados”.

¹³ As imagens de Debret utilizadas nesse trabalho estão em DEBRET (1978).

Nas duas imagens anteriores, há coisas em comum: a habilidade do nativo no manejo do arco e flecha, o corpo robusto e musculoso dos silvícolas, a manutenção de antigas práticas culturais, a paisagem natural e agreste sem qualquer sinal dos colonizadores. Há nelas uma idealização dos indígenas, que parece sugerir a possibilidade da integração deles à “civilização”. Mas as gravuras também remetem, como mostra a Imagem 3, aos saberes indígenas que foram decisivos para os colonos na sua tarefa de conquistar e explorar as terras tropicais.¹⁴

No tocante ao abastecimento das casas senhoriais aparece na gravura de Rugendas o papel relevante de negros caçadores e pescadores. Em “Costumes da Bahia” (Imagem 3),¹⁵ surge um negro pescador no canto esquerdo, que traz na mão direita um grande peixe na fisga e, sobre o ombro oposto, um remo e uma vara de pescar. Dentro de uma canoa, de pé, há outro negro que porta no ombro esquerdo um arco – uma “arma muda” – e uma sacola de couro. Esse traz, dentro da embarcação, um animal abatido, talvez um porco-do-mato. O negro caçador utiliza técnica indígena no seu ofício. No segundo plano, dentro e fora do alpendre coberto de sapé, duas mulheres brancas e um homem observam sem qualquer sinal de surpresa a chegada do pescador e do caçador, fato que indica o quão comum era a cena para eles. Ao pé da senhora ricamente trajada, está um cachorro e outra mulher, sentada no chão, que embala uma criança de colo. Descalça, com o tronco quase nu, a ama parece ser uma mameluca. Na parede da casa, na lateral esquerda do alpendre, há um papagaio empoleirado – sem dúvida, a mascote da casa, há muito tirado da floresta.

¹⁴ Como mostrou Sérgio Buarque de Holanda, os colonos aprenderam com os índios a conhecer a fauna e a flora das matas e do cerrado, técnicas de caçar (rastrear, imitar o som dos animais), o uso do arco e flecha e de armadilhas como o jirau, além de crenças em entidades das florestas (como o curupira) e dos rios (como a mãe d’água). (HOLANDA, 1957).

¹⁵ A existência de muitos negros dedicados à pesca e à caça nos engenhos do Nordeste foi salientada por Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*.



Imagem 3: Rugendas. “Costumes da Bahia”.

A iconografia oitocentista não esqueceu o proprietário-caçador, nem o homem livre pobre que caçava. Veja-se, para começar, a aquarela de Johann Moritz Rugendas, reproduzida na Imagem 4. Ela captura uma cena típica nas fazendas mineiras. Um homem branco, trajado com casaco e chapéu alto, está prestes a abater um mamífero que se aproximou de um ribeiro para tomar água. Escondido atrás de uma moita de arbustos, munido de uma espingarda, o caçador ajeita o corpo para disparar tiro certo no que parece ser uma raposa. Trata-se de um caçador solitário, talvez esporádico, que pouco se afasta de sua casa. E que emprega uma técnica de caça muito comum na província: tocaiar os animais nos locais onde eles costumavam beber água.



Imagem 4: Rugendas. “Campos. Barbacena, caminho para as Minas”.

Saint-Hilaire viu esse mesmo procedimento no curso médio do Rio Jequitinhonha. Ali, os caçadores construíam nas árvores, na beira dos trilhos que levavam aos regatos, palanques de onde espreitavam os veados que iam matar a sede, alvejando-os. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 241)

A aquarela de Jean-Baptiste Debret, intitulada “Vista de Itu” (Imagem 5), fornece, no primeiro plano, uma outra cena de caçada. Nela se destaca um senhor, com o rosto voltado para a vila, calçando bota de couro de cano longo e portando uma espingarda, além de trazer pendurado no ombro esquerdo um chifre no qual, provavelmente, guardava pólvora e chumbo. Ao seu lado, um pouco à frente, o cão de caça fareja o chão; logo atrás do caçador branco, está um escravo que carrega uma vara na qual foram amarrados os produtos da caça – três aves e um pequeno mamífero, talvez um gato-do-mato ou uma pequena jaguatirica. No canto esquerdo, rumando para a vila, um cavaleiro olha para o grupo de caçadores que saía da mata. O hábito de caçar dos habitantes de núcleos urbanos é evidenciado na gravura, bem como o fato de que os senhores caçavam sempre acompanhados pelo menos por um escravo.



Imagem 5: Debret. "Vista de Itu".

Assim o pintor francês descreveu o treinamento e o cotidiano dos negros caçadores:

É principalmente na roça que se criam os negros destinados à profissão de caçadores. Aí, preparados desde a adolescência para acompanharem as tropas, ou simplesmente o seu senhor, nas longas e penosas viagens, andam sempre armados de um fuzil, tanto para sua segurança pessoal como para conseguir víveres durante as paradas indispensáveis, no meio de florestas virgens.

Esse gênero de vida torna-se uma paixão tão forte no negro da roça que ele já não aspira à liberdade senão para entrar na floresta como caçador profissional e entregar-se sem reservas à atração de uma tendência que beneficia ao mesmo tempo seus interesses.

Livre então, e já sem temor do chicote, o direito de raciocinar faz dele um fornecedor tão astuto quanto o homem branco cujo gosto conhece; e, perfeitamente consciente do valor de uma peça fina misturada à caça trazida para a cidade, vai oferecê-la de preferência aos cozinheiros de uma casa rica, que lhe paguem bem; aliando a inteligência à operosidade ele torna assim sua profissão às vezes muito rendosa. (DEBRET, 1978, p. 240 e seguintes)

É justamente o escravo-caçador, esse "instrumento falante" do senhor brasileiro, que distingue em substância os apetrechos que possuíam os caçadores

brancos dos dois lados do Oceano Atlântico. Compare-se a Imagem 5 com a Imagem 6.



Imagem 6: À esquerda, típico caçador alemão, de Johann Matthias Ranftl (1850). À direita, “O regresso da caça”, Quinta do Gatão, Douro (século XIX).

Novamente, o recurso aos inventários pertencentes ao Juízo de Órfãos da Vila de Alfenas ajuda a delinear os trajes e os apetrechos usados pelos proprietários-caçadores. Diz a tradição oral que o Capitão Francisco Ferreira de Assis, o homem mais rico do termo de Alfenas na década de 1870, era caçador contumaz. O inventário do Capitão Francisco Ferreira de Assis, proprietário da Fazenda da Conquista (situada no distrito de São Francisco de Paula do Machadinho) e de 19 escravos, cujo monte-mór alcançou mais de 194 contos de réis, mostra que ele possuía uma espingarda de caça de cano longo no valor de 15\$000, um revólver de 12 tiros avaliado em 40\$000 e uma faca de ponta com cabo e bainha de prata que valia 25\$000. Sua montaria, chamada Lontra, era um cavalo manso de sela avaliado em 80\$000, no qual se colocava selim de 30\$000.¹⁶ Também caçador, o proprietário de 15 cativos e da Fazenda Tamanduá sita no distrito de São Joaquim da Serra Negra, Antônio Ribeiro da Silva, deixou monte-mór de 30:138\$690. Entre seus bens, foram arrolados os seus prováveis apetrechos de

¹⁶ Inventário do Capitão Francisco Ferreira de Assis, 17 de abril de 1875. Juízo de Órfãos de Alfenas, maio 3, fl. 7. Acervo da Vara de Sucessões e Família, Fórum de Alfenas, MG.

caçada, a saber: uma espingarda Laport no valor de 10\$000; um par de botas de couro de veado mateiro no valor de 8\$000; outro par de botas de couro de cateto no valor de 6\$000; dois chapéus de sol no valor de 2\$000 e um ponche de pano no valor de 12\$000.¹⁷

A diferença entre esses senhores-caçadores e o caçador livre pobre José Joaquim Monteiro, morador da cidade de Alfenas, é fácil de notar. O inventário da mulher de José Monteiro, Dona Deolinda Ramos de Jesus, aberto em 29 de novembro de 1878, mostrou que o casal possuía bens no valor de pouco mais de um conto de réis, dentre os quais estavam os apetrechos de caça de José Joaquim Monteiro: uma faca grande com cabo de chifre, que valia 1\$200; uma espingarda velha de cano, no valor de 3\$000; e um par de botas de couro, avaliado em 6\$000.¹⁸

Estas são evidências que tornam plausível a afirmação de que, em ambos os lados do Atlântico, os proprietários-caçadores tinham na caçada uma forma de lazer marcada por certa dose de requinte, exigindo trajes elegantes e instrumentos adequados, bem como alguma dose de planejamento. Nesse caso, a caçada era envolta numa atmosfera de nobre prática, que expressava valores simbólicos e reproduzia hierarquias sociais. A diversão que elas proporcionavam era tanto maior quanto mais trabalho as presas dessem aos caçadores. E, entre esses, certamente havia alguma competição entre os considerados melhores atiradores. O contraste é evidente com as representações dos caçadores pobres (Imagem 7).

¹⁷ Inventário de Antônio Ribeiro da Silva, 3 de fevereiro de 1862. Juízo de Órfãos de Alfenas, maço 6, fls. 2v-3. Acervo da Vara de Sucessões e Família, Fórum de Alfenas, MG.

¹⁸ Inventário de Dona Deolinda Ramos de Jesus, 29 de novembro de 1878. Juízo de Órfãos de Alfenas, maço 3, fl. 7. Acervo da Vara de Sucessões e Família, Fórum de Alfenas, MG. Para efeito de comparação de preços, em Alfenas, nos anos 1874-75, os preços médios dos seguintes produtos eram: a) carro de milho, 8\$000; b) um novilho com um ou dois anos, de 15 a 20\$000; c) um bom tear e seus pertences, de 10 a 12\$000; d) um armário de cedro, 13\$000; e) uma marquesa, 6\$000; f) uma arroba de toucinho, 5\$000; g) e o jornal diário de um trabalhador da roça, de 640 a 1\$000. Ver MARTINS, 2013.



Imagem 7: Autor anônimo. “Caçadores”.

A iconografia do período fornece pistas sobre os locais preferidos para a caça. Os trilhos que levavam aos cursos d’água eram um deles, como se viu na Imagem 4. Outro tipo de local é indicado pela gravura atribuída a Martius, intitulada “Lagoa das aves no Rio São Francisco” (Imagem 8). Ela apresenta no primeiro plano um grupo de três senhores que observam a revoada das aves, postados em uma clareira da mata fechada, próximos à beira da água. Um deles tem nas costas uma espingarda. A cena, marcadamente ambígua (seriam os homens caçadores ou simples observadores da natureza?), retrata a atração que as lagoas, banhados e veredas exerciam sobre os moradores e visitantes da província. Seja para contemplação, seja para caçadas. Afinal, aves como perdizes, codornizes e mutuns tinham carne muito apreciada pelos mineiros.



Imagem 8: K. F. P. von Martius. “Lagoa das aves no Rio São Francisco”.

A cena da gravura, aliás, remete diretamente ao que Saint-Hilaire viu no Barreiro, a fonte das águas termais de Araxá. Sobre o lugar, o botânico escreveu:

Jamais vi um número tão grande de pássaros como havia no Barreiro. Bandos de papagaios e de pombas revolteavam nas árvores vizinhas, cujas ramagens farfalhavam com um ruído confuso e atordoante, depois vinham pousar no lodaçal. Os caçadores costumam ficar de emboscada atrás das árvores, e com um só tiro matam às vezes um grande número de pássaros. Em outros tempos o local era também frequentado por veados, porcos-do-mato e outros quadrúpedes, mas a guerra que lhes fizeram foi tão encarniçada que atualmente são raros os que aparecem ali. (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 132)

É claro que a floresta virgem também foi local muito procurado para caçadas, especialmente pelos homens que buscavam troféus valiosos: veados, antas, capivaras, monos e as onças. Estes felinos constituíram, sem dúvida, o mais valorizado de todos os animais de caça, por razões simbólicas e pelo preço de sua pele. Tanto que a caça da onça pelos colonos foi bem representada pelos artistas oitocentistas.

Uma destas representações se deve a Rugendas e é reproduzida abaixo (Imagem 9). Trata-se da gravura “Caça em uma floresta virgem”, que mostra três homens e um cão de caça acuando uma onça no meio da mata fechada e escura. A

cena é carregada de tensão, que transparece tanto na postura dos animais quanto nos movimentos dos caçadores. O papel do cão é realçado pela sua posição no primeiro plano, bem diante da fera caçada. Atrás dele, os caçadores se aproximam com cuidado, em grupo, um deles com a mira feita. O contraste entre a dimensão dos homens e das árvores sugere o quão perigoso e difícil era conquistar a floresta, realçando a oposição natureza-cultura nos domínios tropicais.



Imagem 9: J. M. Rugendas. “Caça em uma floresta virgem”.

Jean-Baptiste Debret produziu sua própria representação da caça ao tigre americano na floresta e nos campos cerrados. Na prancha de Debret (Imagem 10) fica ainda mais forte a luta entre a “civilização” e a “natureza selvagem”. O primeiro polo representado pelos homens armados e montados a cavalo e pelos cães de caça bem adestrados. O segundo polo pela onça laçada, acuada, debatendo-se em movimentos desesperados. No desenho maior, a presença no primeiro plano de soldados de cavalaria confere à captura e morte da onça um quê de obra oficial, realizada em nome de uma razão de Estado. Novamente, o numeroso grupo de homens envolvidos indica a complexidade e os riscos da tarefa. A mensagem

parece ser a de que a subjugação da “natureza” pela “civilização” no Brasil exigiria, em toda parte, a direção do Estado e o esforço persistente dos cidadãos-proprietários.

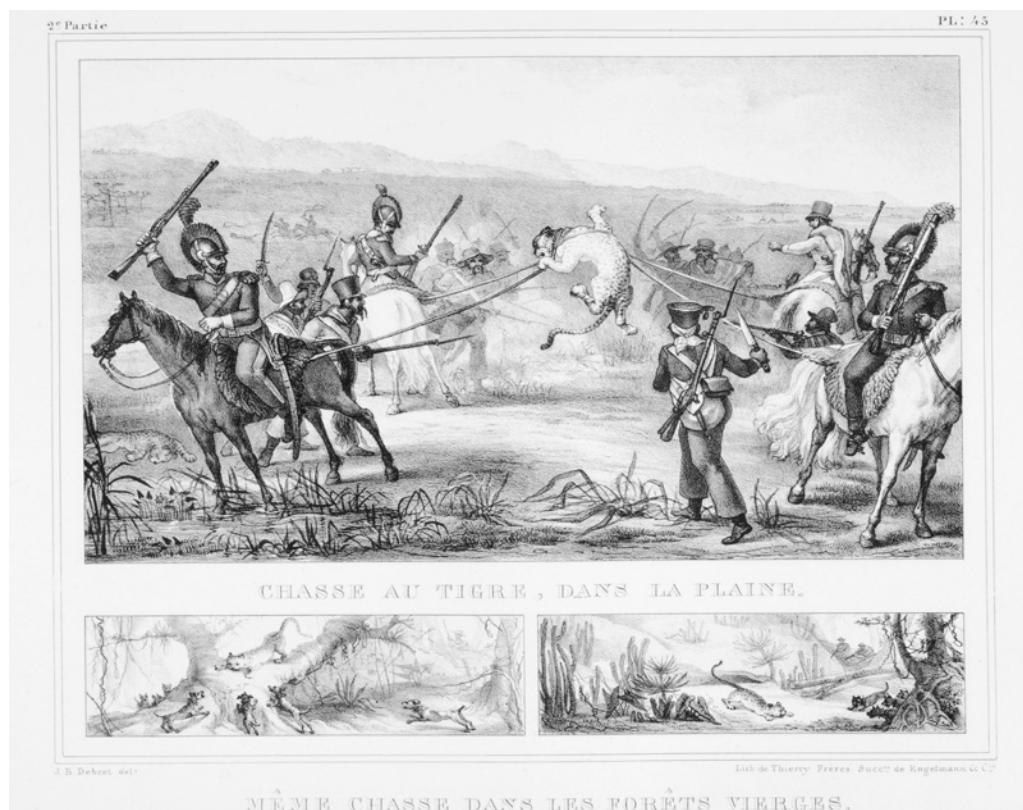


Imagem 10: J. B. Debret. “Caça ao tigre, na planície”.

Os desenhos menores na Imagem 10, referentes à caça da onça na floresta virgem, assinalam o papel central desempenhado pelos cães nas caçadas. Os cães eram responsáveis por “levantar” (localizar) e “desamoitar” (tirar do mato) as presas, persegui-las e encantoá-las, colocando-as sob a mira dos caçadores. Auguste de Saint-Hilaire, numa de suas passagens pela Vila do Príncipe (atual Serro), descreveu os procedimentos empregados nas caçadas que eram sempre realizadas a cavalo, destacando as ações dos cães *veadeiros* e os cuidados que recebiam de seus proprietários:

Não são fechados em canis como os da Europa; é-lhes permitido andarem pelas casas, geralmente atrelados dois a dois com uma corrente de ferro, e são alimentados com angu e canjica. Chegando ao mato em que se deseja caçar, desatrelam-se os cães; estes se dispersam, e dão o sinal logo que farejam um veado. Os caçadores

conservam-se fora do mato, formando um semicírculo; o animal perseguido procura alcançar o campo, e cai nas mãos dos seus perseguidores. Quando os caçadores reconhecem, pelo latido dos cães, que o veado vai sair do bosque pelo lado oposto àquele em que se enfileiraram, procuram a galope atingir a orla do mato pela qual se supõe que o animal vai passar, e tratam assim de alcançá-lo com rapidez. (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 147)

O pintor Félix Émile Taunay elaborou uma das primeiras representações grandiloquentes do conquistador do sertão (Imagem 11). É o óleo sobre tela de 1841, intitulado “O caçador e a onça,” obra vendida, em seguida, para o Museu Imperial de Belas Artes.¹⁹ O que mostra a tela de Félix Taunay? Uma cena evidentemente inverossímil, porém arrebatadora, capaz de provocar um choque em quem a observa. A pintura mostra um homem branco robusto, o tronco nu, descalço, vestindo calças curtas, atracado com uma onça enorme. Ele subjuga a fera com as mãos limpas, já que a espingarda está abandonada no chão. Comprime o felino contra o tronco da árvore, na qual apoia o pé direito de modo a potencializar sua vantagem. O animal, seguro pelas patas dianteiras, nada pode fazer além de rosnar: está derrotado exatamente como o leão de Neméia fora vencido por Hércules.

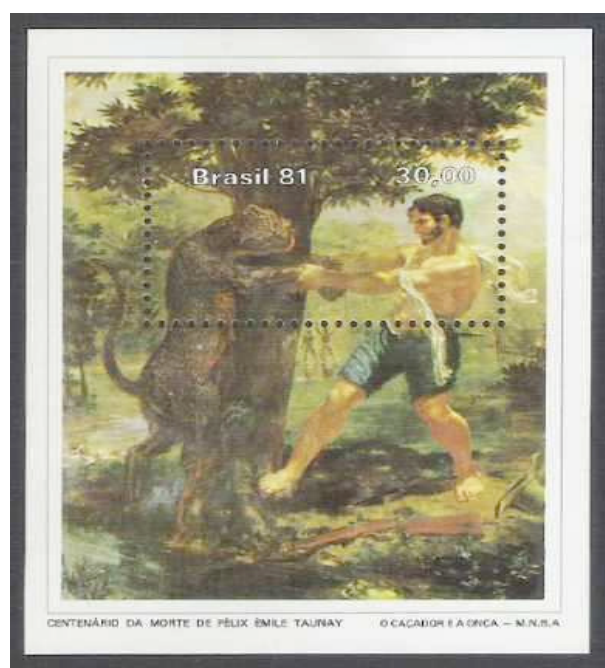


Imagem 11: F. E. Taunay. “O caçador e a onça”.

¹⁹ TAUNAY, Félix Émile. *O caçador e a onça*. Óleo sobre tela, 1,73 x 1,35. MNBA, Rio de Janeiro. [Imagem reproduzida aqui a partir do selo comemorativo do centenário da morte do artista, lançado pelos Correios]

Na tela de Félix Taunay, o brasileiro caçador é homem branco e livre, confiante, viril, destemido, integrado à terra e capaz de proezas, como enfrentar a natureza indomável do país. A cena de caça, idealizada e mitificada, resume alegoricamente o imperativo da construção da nação, a ser protagonizado pelo elemento branco.²⁰

Caçadores e pescadores nas vilas e distritos mineiros

O trabalho de Marcos Ferreira de Andrade (2008), voltado para o estudo das fortunas, dos modos de vida e das alianças de poder entre as parentelas que compunham as elites sul-mineiras na primeira metade do século XIX, mostrou como as caçadas tornaram-se tradição familiar, de modo que foram promovidas em grande número nos campos e matas do Sul, abundantes em onças, lobos e veados.

No caso da família Junqueira, cujas fazendas se espalharam pela região e pelo sertão norte paulista, as caçadas reuniam parentes e amigos, dezenas de homens, cavalos e cães. Conforme Andrade, as caçadas adquiriram tanta importância na família Junqueira que foram registradas em livros, contendo narrativas de cada uma delas. O pesquisador teve acesso ao livro “Canhenho de caçadas”, que registra as caçadas feitas por João Oswaldo Junqueira e outros fazendeiros, entre 1880 e 1913. Conforme esse documento, na década de 1880, as caçadas promovidas pelos Junqueira ocorreram mais de uma vez por mês, havendo anos nos quais elas ultrapassaram o número de trinta caçadas anuais. Nessas empreitadas, o número de presas abatidas pelos caçadores foi de 302 animais, como mostra o quadro elaborado por Marcos Ferreira de Andrade, transcrito a seguir:

Tabela 1 – Animais abatidos em caçadas dos Junqueira, Sul de Minas (década de 1880)

Anos	Animais abatidos		
	Veados	Onças	Lobos
1880-1886	155	8	3
1887-1888	74	1	1
1889-1890	57	3	0

Fonte: ANDRADE, 2008, p. 148.

²⁰ Vale lembrar que Martius, na monografia premiada pelo IHGB em 1847, escreveu que a população do país resultava da convergência de três raças – o índio, o europeu e o africano – e que caberia ao homem branco o papel de protagonista na história e na criação do “povo” brasileiro. Ver MARTIUS, 1982.

Os números da Tabela 1 corroboram a máxima da tradição familiar segundo a qual “veados, lobos e onças não sobreviviam nas terras dos Junqueira” e permitem dimensionar o peso que as caçadas, tão apreciadas e frequentes entre os moradores ricos e pobres da província, tiveram na diminuição de determinadas espécies animais na região. A queda sensível do número de onças e lobos abatidos, e mesmo dos veados, nas caçadas dos Junqueira ao longo dos anos 1880 é indicador da pressão enorme que os caçadores fizeram sobre as populações de mamíferos e aves de Minas Gerais.

Muito mais difícil de quantificar é a ação dos caçadores e pescadores profissionais da Província na primeira metade do século XIX, tanto em termos econômicos quanto em termos do impacto ambiental. Mais modestamente, o que se pode fazer é esboçar a imagem das pessoas que tinham na caça ou na pesca sua principal atividade e dizer algo a respeito da distribuição espacial dessas pessoas nas Minas Gerais. As informações contidas nas listas nominativas de 1831-32 e 1838-39 possibilitam analisar os perfis dos caçadores e pescadores profissionais do período.²¹ Salta aos olhos o pequeno número de caçadores e pescadores registrado nas listas nominativas, fato que não constitui surpresa numa sociedade em que a mineração e a agricultura possuíam evidente centralidade econômica. Certamente há subestimação nos dados, porque frequentemente não se tem indicação da ocupação dos escravos. Mas é impossível aferir o grau dessa subestimação.

Os caçadores somaram 21 registros nas listas nominativas. Entre eles, havia Antônio Fernandes Ló, residente em São Sebastião da Capitiba (atual Pedralva), distrito do Termo de Campanha, que se declarou caçador e lavrador, branco, casado, com 66 anos de idade e senhor de 31 escravos. Esse fazendeiro-caçador pertencia aos estratos de elite, tal como os Junqueira anteriormente citados. No polo oposto da escala social, situava-se o caçador João Mendes, residente no distrito de Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso (atual Campo Florido), freguesia de

²¹ As listas nominativas, digitalizadas no sítio do CEDEPLAR/UFMG, trazem informações de 313 localidades mineiras, para 213 (68,1%) das quais há indicações das ocupações/profissões dos integrantes dos *fogos*. Em 45 localidades (21,1% do total), aparecem caçadores e /ou pescadores. Como se sabe, há muitas lacunas nas listas nominativas, uma vez que é comum não existir registro da ocupação de todos os moradores, especialmente das mulheres e dos escravos; também faltam dados completos sobre a condição de muitos moradores (se livres, forros ou escravos) etc. Uma discussão sobre a natureza, os limites e as possibilidades desse tipo de fonte encontra-se em BOTELHO, 2010, p. 77-99.

Uberaba. João Mendes era escravo, pardo, casado, tinha 55 anos de idade e pertencia ao fazendeiro Caetano Ildefonso, senhor de 10 cativos. Dos 21 caçadores nomeados nas listas nominativas, somente um (4,8%) era proprietário de escravos. A Tabela 2 reúne os dados sobre cor e condição dos caçadores.

Tabela 2 – Cor e condição dos caçadores profissionais em Minas Gerais (anos 1830)

Cor dos caçadores							
Branco		Pardo		Crioulo			
n.	%	n.	%	n.	%		
5	23,8	14	66,7	2	9,5		
Condição dos caçadores							
Livre		Forro		Escravo		Sem informação	
n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
5	23,8	3	14,3	1	4,8	12	57,1

Fonte: Listas Nominativas 1831-32 e 1838-39.²²

Os números da Tabela 2 apontam para o amplo predomínio de homens pobres e de cor (76,2%), sem propriedade de escravos, no exercício profissional da caça em terras das Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Eram a “gente ínfima” ou os “vadios” de que falaram o Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos e o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire. Fica claro, portanto, que a ocupação de caçador não gerava maiores rendimentos nem prestígio social no período. Tais caçadores estavam presentes em todas as comarcas mineiras, concentrados em localidades situadas nas fronteiras agrícolas da província ou nas proximidades de serras, onde matas virgens eram abundantes.

²² CEDEPLAR. Listas nominativas. Disponível em: <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso em: 1 set. 2013.



Imagem 12: As comarcas de Minas Gerais na década de 1830.

A distribuição dos caçadores registrados nas listas nominativas é apresentada na Tabela 3:

Tabela 3 – Distribuição dos caçadores por comarcas (Minas Gerais, anos 1830)

Comarca	N. de caçadores	% do total
Rio das Mortes	6	28,6
Rio das Velhas	5	23,8
Paracatu	5	23,8
Serro Frio	3	14,3
Ouro Preto	2	9,5

Fonte: Listas nominativas de 1831-32 e 1838-39.

As listas nominativas sugerem que a atividade da caça e, por conseguinte, o comércio de carnes, couros e peles silvestres deveriam ser preponderantemente locais. Negócio insignificante em termos de exportação e que não chegou a constituir uma cadeia produtiva, diferentemente do que se verificou com a extração da ipecacuanha.²³

²³ Vejam-se as cifras recolhidas por Cunha Matos, com base no quadro de exportações mineiras do período de 01/07/1818 a 30/06/1819: 580 couros de veados, a \$300 rs cada, no valor de 174\$000 rs; 877 couros de boi, a \$600 cada, no valor de 526\$200 rs; 5,5 barris de perdizes, a 4\$000 cada, no valor de 22\$000 rs; 11.136,5 quilos de ipecacuanha, a 1\$200 cada, no total de 7:651\$200 rs. (CUNHA MATOS, 1981, p. 311-312). Mesmo na Amazônia ocidental brasileira, somente a partir dos anos 1910 ocorreu a intensificação do comércio de couros e peles silvestres, negociadas no regime

O perfil dos pescadores mineiros registrados nas listas nominativas é muitíssimo similar aos dos caçadores. Há 114 pescadores listados, entre os quais somente dois (1,8%) possuíam escravos. Os escravos-pescadores indicados nas listas nominativas foram apenas dois: Luís, africano/preto, solteiro, 20 anos de idade, cujo senhor era Joaquim José da Costa, um fazendeiro branco de 40 anos de idade, senhor de 36 escravos, residente em Traíras (atual Santana do Pirapama), termo de Sabará; e João dos Santos, 60 anos de idade, crioulo, solteiro, que pertencia ao pequeno fazendeiro Custódio da Costa Torres, 34 anos de idade, pardo, casado, senhor de 4 escravos, residente no distrito de Santo Antônio da Mouraria do Arraial Velho, no termo de Sabará. Por outro lado, há indicação de somente dois pescadores que também se disseram agricultores, ambos moradores no distrito de Nossa Senhora da Conceição da Extrema (atual Ibiaí), pertencente à freguesia da Barra do Rio das Velhas. Eram eles: Antônio Paiva, 34 anos de idade, pardo, casado, forro, sem escravos, e Bento, 18 anos de idade, pardo, solteiro, forro, dono de um escravo. Pode-se presumir que essa estratégia de ganhar a vida, combinando lavoura e pesca, fosse bem mais comum nas áreas ribeirinhas.²⁴

Ressalte-se a presença de mulheres ocupadas com a pesca, casos de Floriana Martins, 57 anos, parda, solteira e Antônia Gonçalves, 74 anos de idade, parda e viúva, ambas moradoras no distrito de Paz de Guarapiranga do termo de Mariana; de Maria Vicência, 60 anos de idade, branca, solteira, moradora no distrito de paz de Santo Antônio Calambao (atual Presidente Bernardes), também do termo de Mariana, e de Felipa, 30 anos de idade, crioula, casada, livre, moradora no distrito de São Gonçalo do termo de Campanha. A Tabela 4 traz as informações sobre cor e condição social das pessoas ocupadas com a pesca nas Minas Gerais dos anos 1830:

de comércio fluvial e aviamento, conforme ANTUNES, 2014. Sobre o vulto econômico da extração da poaia, ver DEAN, 1996. E também ESPÍNDOLA, 2005.

²⁴ Infelizmente, as listas nominativas referentes a localidades como São Romão e Januária, nas margens do Rio São Francisco, e de Pouso Alegre, nas margens do Rio Sapucaí, para ficar em três exemplos de núcleos urbanos para os quais há relatos de viajantes oitocentistas sobre a intensa atividade pesqueira, não têm indicações de ocupações. Isso reduz o tamanho da amostra de pescadores contida nas listas nominativas.

Tabela 4 – Cor e condição dos pescadores em Minas Gerais (anos 1830)

Cor dos pescadores							
Branco		Pardo		Caboclo/cabra		Crioulo	
n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
33	28,9	63	55,3	3	2,6	15	13,2
Condição social dos pescadores							
Livre		Forro		Escravo		Sem informação	
n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
53	46,5	12	10,5	2	1,8	47	41,2

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32 e 1838-39.

Maioria de pescadores de cor (71,1%), pobres, que certamente pescavam quase sempre isoladamente, empregando pequenas e rústicas canoas e redes, varas e anzóis, de modo absolutamente artesanal. O que indica a justeza do comentário de Richard Burton a propósito do atraso da atividade pesqueira nos rios de Minas Gerais. A distribuição dos pescadores profissionais pelo território da Província é apresentada na tabela seguinte:

Tabela 5 – Distribuição dos pescadores profissionais em Minas Gerais (anos 1830)

Comarca	N. pescadores	% do total
Rio das Mortes	50	43,8
Rio das Velhas	43	37,7
Ouro Preto	14	12,3
Serro Frio	6	5,3
Paracatu	1	0,9

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32 e 1838-39.

Mais especificamente, os dados das listas nominativas possibilitam identificar as localidades nas quais a presença relativa de pescadores era mais alta, indicando indiretamente maior vigor da exploração pesqueira nos cursos d'água.²⁵ A pesca se fazia notar com mais força nas localidades banhadas pelos rios Paraopeba, Velhas, São Francisco, Pomba (na Zona da Mata), Sapucaí e Verde (no Sul de Minas). É o que indica a Tabela 6 abaixo:

²⁵ Para cada localidade em que havia registro de pescadores foi calculada a porcentagem de fogos com presença de pescadores. Esse índice variou entre 0,20 e 4,72%. Para montar a Tabela 5, selecionaram-se as localidades em que o índice superou 1,2%, excluindo aquelas em que se registrou apenas um único pescador, para evitar distorção absurda.

Tabela 6 – Localidades mineiras com maior presença de pescadores (anos 1830)

Localidade	n.	n. fogos c/pescadores	% total/fogos	Rio
Jesus Maria José do Aranha	9	6	4,72	Paraopeba
S ^{to} Antônio da Mouraria do Arraial Velho	3	3	2,86	Velhas
Fidalgo	7	6	2,43	Velhas
Três Corações do Rio Verde	5	5	1,97	Verde
São Manoel do Pomba	3	2	1,75	Pomba
N. S. da Conceição da Extrema	6	5	1,68	São Francisco
São Gonçalo	15	9	1,51	Sapucaí
Itajubá	10	8	1,26	Sapucaí

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32 e 1838-39.

Considerações finais

A caça e a pesca, atividades presentes no cotidiano da população das Minas Gerais, foram praticadas na primeira metade do século XIX como divertimento e também como meio de obter recursos para a conservação da vida dos sertanejos. Para as camadas mais pobres, a caça e a pesca serviram para complementar a alimentação no dia a dia, obter matérias-primas úteis e remédios, contribuindo para suavizar as agruras da vida. No caso das elites proprietárias regionais, a caça foi praticada como marca de distinção social. Assim, quando praticada por grupos de proprietários, a caça foi positivamente abordada pelos cronistas oitocentistas. Ao contrário, a caça e a pesca praticadas pelos homens livres pobres foram associadas à ideia de “vadiagem” e consideradas, por conseguinte, como obstáculos à moralização do trabalho e dos costumes no interior do país.

A julgar pelas narrativas dos viajantes estrangeiros e funcionários ilustrados a serviço do Império, tanto a caça como a pesca foram idealmente percebidas através de duas lentes: a da utilidade econômica e a da conquista e “civilização” da província. No plano econômico, pensava-se que era imperativo explorar todas as vastas riquezas da terra, o que incluía os animais. E, por outro lado, que o “progresso” do Brasil exigiria refazer seletivamente as paisagens do país. Isto é, para ampliar o povoamento, a lavoura e a indústria, conviria limpar o território das espécies animais que representavam ameaça aos habitantes, caso especialmente dos lobos, onças, raposas, cobras venenosas e insetos nocivos. Nesse sentido, o caçador seria agente da conquista e da “civilização” do país, como pintou Félix Émile Taunay.

Os dados das listas nominativas dos anos 1830 possibilitam perceber que, como ocupação principal ou exclusiva, a caça e a pesca envolviam poucas pessoas em Minas Gerais. Os caçadores e os pescadores profissionais eram predominantemente pessoas de cor, sem posses. A pesca era mais intensa nos rios São Francisco, Paraopeba, Sapucaí, Velhas e Verde. A presença de caçadores profissionais, por sua vez, foi registrada nas listas nominativas referentes a localidades situadas nas zonas de expansão da fronteira agrícola mineira ou nas áreas das serras do Espinhaço e da Mantiqueira, certamente em função da existência de extensas matas nessas porções do território provincial.

Em termos de impactos ambientais da caça e da pesca no período considerado, pode-se inferir, em perspectiva qualitativa, que os métodos artesanais da pesca e o número baixo de pescadores profissionais não representaram maior ameaça à ictiofauna mineira. Quanto à caça, a avaliação deve ser mais pessimista, uma vez que os relatos disponíveis indicam o hábito exagerado de fazer caçadas, especialmente por parte dos fazendeiros mais abastados, deixando campos e matos muito “batidos” em diversas porções do território mineiro.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANTUNES, André Pinassi et al. O comércio internacional de peles silvestres na Amazônia brasileira no século XIX. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 9, n. 2, p. 487-518, maio-ago. 2014.

BRANDÃO, Ambrosio Soares. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1956.

BOTELHO, Tarcísio R. Listas nominativas de habitantes e censos demográficos: fontes para o estudo da desigualdade social no Brasil, 1800-1940. In: BOTELHO, Tarcísio R.; LEEUWEN, Marco H. D. van (orgs.). *Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas*. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2010. p. 77-99.

BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

CEDEPLAR. Listas nominativas. Disponível em: <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso em: 1 set. 2013.

CUNHA MATOS, Raimundo José da. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. v. 2.

_____. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmén. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias Zoologia e Botânica. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (orgs.). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. v. 1.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Global, 2006.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

HOENE, Frederico Carlos. *Excursão botânica feita pelo sul do Estado de Minas Gerais e regiões limítrofes do Estado de São Paulo, de 12 de abril a 9 de junho de 1927, precedida de referências a outras anteriores, nas serras do interior*. São Paulo: Secretaria de Agricultura: Departamento de Botânica, 1939.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Inventário de Antônio Ribeiro da Silva, 3 de fevereiro de 1862. Juízo de Órfãos de Alfenas, maço 6, fls. 2v-3. Acervo da Vara de Sucessões e Família, Fórum de Alfenas, MG.

Inventário de Dona Deolinda Ramos de Jesus, 29 de novembro de 1878. Juízo de Órfãos de Alfenas, maço 3, fl. 7. Acervo da Vara de Sucessões e Família, Fórum de Alfenas, MG.

Inventário do Capitão Francisco Ferreira de Assis, 17 de abril de 1875. Juízo de Órfãos de Alfenas, maço 3, fl. 7. Acervo da Vara de Sucessões e Família, Fórum de Alfenas, MG.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Marcos Lobato. Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 397-429, abr.-jun. 2013.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillipp von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: _____. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 157-207.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

O COLOMBO, ed. 116, 27/04/1878, p. 3.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PEREIRA, Célio Hugo Alves. *Efemérides do Arraial do Tejuco a Diamantina*. Belo Horizonte: Edições CLA, 2007.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2011.

_____. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Trad. Regina Regis Junqueira. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Cláudio Ribeiro Lessa. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. t. I.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SOUZA, Rafael de Freitas e. Medicina e fauna silvestre em Minas Gerais no século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 273-291, jan/jun 2008.

SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl Friedrich P. von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975. v. 1.

_____. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. v. 1.

TAUNAY, Félix Émile. *O caçador e a onça*. Óleo sobre tela, 1,73 x 1,35. MNBA, Rio de Janeiro. [Imagem reproduzida aqui a partir do selo comemorativo do centenário da morte do artista, lançado pelos Correios]

Artigo recebido em 01 de março de 2015. Aprovado em 25 de março de 2015.